

DISCURSO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Luísa Godinho

lgodinho23@yahoo.com.br

Professora Auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal) e investigadora na área da Comunicação Política. Os seus interesses académicos situam-se nos campos do discurso, da comunicação digital e da abordagem computacional às Ciências Sociais. É doutorada em Ciências Económicas e Sociais pela *Université de Genève*, Suíça.

Resumo

No presente artigo, a relação entre os agentes internacionais é entendida como um processo comunicativo que tem no discurso o seu instrumento central, perspectiva que tem conhecido uma expansão assinalável, nas últimas décadas, no campo das Relações Internacionais. Esta profusão tem, no entanto, sido acompanhada por frequentes apelos a uma maior clarificação metodológica nos trabalhos académicos realizados. O presente artigo visa dar um contributo neste sentido, fornecendo uma visão integrada das abordagens discursivas no campo das Relações Internacionais e apresentando um quadro atualizado da teoria do contexto.

Palavras-chave

Linguagem; Discurso; Construtivismo; Contexto; Metodologia

Como citar este artigo

Godinho, Luísa (2016). "Discurso e Relações Internacionais: uma abordagem teórico-metodológica". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 7, N.º 2, Novembro 2016-Abril 2017. Consultado [online] em data da última consulta, observare.autonoma.pt/janus.net/pt_vol7_n2_art1 (<http://hdl.handle.net/11144/2780>)

Artigo recebido em 5 de Julho de 2016 e aceite para publicação em 25 de Setembro de 2016





DISCURSO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Luísa Godinho

Desde a primeira metade do século XX, em particular a partir da década de 1940, que o interesse das ciências sociais pelo sentido da linguagem foi remetido para a chamada *análise de conteúdo*, reproduzindo o paradigma positivista dominante e, de certa forma, demonstrando um significativo alheamento do legado intelectual de Wilhelm Dilthey (Dilthey, 1883: 1900).

Dilthey reivindicara, já no século XIX, uma cientificidade própria para as ciências sociais (Dilthey, 1883, 1900), alicerçada no método explicativo, que se opunha ao tradicional raciocínio das ciências naturais, fundado no paradigma central da demonstração quantitativa. Ora, a análise de conteúdo, antecedente do estudo do discurso, nasceu justamente no campo oposto ao diltheyano, a partir de técnicas como a lexicografia e crente na possibilidade do estudo empírico da palavra.

Desde os anos de 1960, graças ao aprofundamento analítico que o estudo do discurso, entretanto conheceu (Van Dijk, 1972, 1977, 1988; Ducrot, 1972, 1980, 1984; Grimes, 1975; Hall, *et al.*, 1978), esse paradigma positivista acabaria sendo desafiado pela necessidade de explicar o sentido do que era dito, abrindo assim a porta para a análise qualitativa e para a necessária interdisciplinaridade entre as duas abordagens. O texto deixou, por isso, de ser considerado um articulado fechado a que a análise estatística permitia aceder, passando a ser entendido enquanto estrutura de significados, aberta e dependente do seu contexto, e que muitas disciplinas podiam ambicionar desvendar, da Sociologia à História, da Psicologia à Antropologia, do Direito às Relações Internacionais (RI). O potencial científico desta nova abordagem discursiva não tardaria a ser demonstrado por um galopante número de estudos em todos os setores das humanidades.

Também no campo das RI se notou um crescente interesse pelo estudo da política mundial enquanto construção social e um recurso cada vez maior à análise do discurso como instrumento de análise. Segundo Müller, este interesse tem recaído sobre uma vasta panóplia de temas, desde «a produção retórica da marginalidade, da resistência e da alteridade» em RI ao

«poder constitutivo e disciplinador dos discursos internacionais como regimes de verdade. Do mesmo modo, o discurso e a sua análise têm estado entre os conceitos mais populares no estudo da formação das identidades geopolíticas» (Müller, 2010: 1).



Não obstante este interesse crescente pela abordagem discursiva dos fenómenos internacionais, proliferam as chamadas de atenção para a necessidade de uma maior sistematização metodológica nos estudos realizados, reparo que se estende aos trabalhos de análise do discurso produzidos em todos os domínios das ciências sociais.

Tal como notou Müller, o alerta metodológico acompanhou o nascimento das principais publicações da área do discurso, tendo Van Dijk, um dos mais proeminentes autores, sublinhado, logo no primeiro editorial que redigiu para a revista *Discourse and Society*, a necessidade de

«análises explícitas e sistemáticas baseadas em métodos e teorias sérios» (Van Dijk, 1990: 14). Mais de uma década passada sobre as palavras de Van Dijk, Antaki e Checkel identificavam ainda, entre os trabalhos realizados no domínio do discurso na área das Relações Internacionais, uma lacuna descritiva e justificativa das «fontes e técnicas utilizadas na reconstrução dos discursos» (Checkel, 2004: 7).

A necessidade de exigência metodológica é imperativa numa área de estudo que, como é o caso da análise do discurso, pode fornecer um contributo inestimável para o campo das RI. Uma análise do discurso das práticas internacionais, que articule análise textual e análise contextual, permite a realização de inferências politológicas e sociológicas que podem revestir-se de grande utilidade para a disciplina que aqui nos reúne. «É precisamente esta análise integrada», escreve Van Dijk,

«que permite uma compreensão mais adequada da complexidade das práticas, das instituições e dos processos políticos, precisamente o tipo de objetos de análise que interessa aos cientistas políticos» (Van Dijk, 1997: 41).

Van Dijk exemplifica a utilidade da abordagem discursiva em Ciência Política e RI com o estudo de temas como a relação entre imigração e xenofobia, políticas de imigração e integração social, posicionamento partidário e propaganda ou o tratamento pelos mass-media de assuntos étnicos. Segundo o autor,

«o que está em causa aqui (no estudo do discurso sobre a imigração) não são apenas os 'fatos' socioeconómicos da imigração dos outros. Numa perspetiva simbólica, aquilo que está aí em causa é a forma como políticos, jornalistas e público pensam, falam e escrevem sobre o tema e como esse discurso e essa cognição influenciam a ação política e, em consequência, a estrutura política. É aqui que a análise do discurso pode permitir explicações que, de outro modo, faltariam». (Van Dijk, 1997: 42).



1. Os fundamentos teóricos da análise do discurso

A análise do discurso possui profundíssimas raízes intelectuais repartidas entre a filosofia, a linguística e a pragmática.

Na filosofia, o estudo do discurso nasce do movimento intelectual que consubstanciou a chamada viragem interpretativa nas ciências sociais. Na raiz dessa viragem encontra-se, por sua vez, a hermenêutica, que partilha com a filosofia analítica a ênfase na natureza linguística da subjetividade. Autores como Heidegger, Ricoeur e Wittgenstein sublinharam a impossibilidade de estudar a realidade sem compreender o(s) sentido(s) das ações dos agentes sociais, o qual, por sua vez, só pode ser apreendido através do estudo da linguagem. É a linguagem que permite a partilha de conceitos e a construção da vida social, pressuposto de onde derivam importantes teorias como a de Wittgenstein, centrada no jogo de linguagem, assim como as revolucionárias escolas de Heidegger e Gadamer, que sublinham o caráter social e histórico da própria subjetividade.

Já numa perspetiva linguística, as origens do estudo do discurso encontram-se na retórica clássica, que reconhecia, há mais de 2000 anos, que a qualidade de um texto não residia apenas na sua correção formal, mas também na sua «eficácia persuasiva» (Van Dijk, 1985: 1). Segundo Van Dijk, o sucesso da disciplina perdurou ainda durante a Idade Média e os séculos XVII e XVIII mas, no século XIX e no início do século XX, a preponderância da retórica nas humanidades acabaria por ser suplantada por áreas como as linguísticas histórica e comparada bem como pela análise estrutural da linguagem. O formalismo russo das décadas de 1920-30 fomentou o estudo da narrativa, até aí confinado à linguística, noutras disciplinas como a psicologia e a antropologia e os frutos desta interdisciplinaridade seriam ainda colhidos quarenta anos depois, no estruturalismo francês, em obras de autores como Lévi-Strauss e Barthes, para nomear apenas alguns. A linguística passaria, assim, a constituir um veículo para o estudo da cultura, dos mitos e agora também do discurso, tema que conheceria a sua primeira publicação em 1964.

Tratou-se da obra coletiva *Communications 4*, dedicada em exclusivo à análise estrutural do discurso e que incluía um revolucionário conjunto de temáticas, desde a análise cinematográfica de Metz à análise retórica da publicidade, de Barthes, que assinou também a primeira introdução à recém-formada disciplina de Semiologia. «Apesar do enquadramento, das orientações, dos objetos de pesquisa e dos métodos de todos estes autores estarem longe de ser homogêneos», escreve Van Dijk,

«o interesse comum na análise do discurso dentro do âmbito mais vasto de uma semiótica inspirada na linguística influenciou e deu coerência a estas primeiras tentativas» (Van Dijk, 1985: 3).

O estruturalismo francês deu o mote para a nova área do discurso, que cresceria durante a década seguinte em dezenas de obras publicadas e aplicações em diversas disciplinas. O impulso seguinte chegaria nos anos 70, com a descoberta pela linguística do trabalho filosófico de Austin, Grice e Searle em torno dos *atos de fala*. No livro *How to do things with words* (Austin, 1962), demonstra-se, pela primeira vez, de que forma e em que circunstâncias é que *falar é fazer*, abrindo o campo da linguística à pragmática. A partir



de Austin, o falante torna-se um ator social e a compreensão da vida em sociedade não mais poderia passar sem o estudo da língua e da sua utilização.

À psicologia, o estudo do discurso permitiu desenvolver o cognitivismo contra a predominância da corrente comportamental das décadas anteriores; a sociologia, pela mão de autores como Goffman, dedicou-se à análise da estrutura social, estudando as conversas quotidianas de falantes comuns; a antropologia, por seu lado, deu os primeiros passos da chamada *etnografia da fala*, interessando-se pela linguagem e suas simbólicas; o direito também se renderia ao estudo do discurso, depois de perceber que o seu objeto - as leis, a ação legal, os documentos legais - possuía uma natureza eminentemente discursiva; a história, cujas fontes e cujo trabalho são na maioria textuais, veria na análise do discurso uma metodologia fundamental; no mesmo sentido, o estudo dos meios de comunicação de massa encontrou na análise do discurso uma poderosa ferramenta para compreender fenómenos como as condições de produção e receção da mensagem, bem como o sentido da própria mensagem publicada.

Embora oriunda do campo da linguística, esta expansão da abordagem discursiva foi de tal modo expressiva que, hoje, um número crescente de linguistas questiona mesmo a qualificação da análise do discurso como uma área pertencente à ciência da língua.

2. A análise do discurso em Relações Internacionais

É à luz do quadro teórico precedente que o estudo do discurso em RI deve ser entendido. Esta disciplina recebeu da pragmática a conceção da língua como ação social (Austin, 1962) e, por conseguinte, a dimensão performativa da palavra passou a constituir um elemento fundamental para a compreensão do relacionamento entre os atores internacionais.

As chamadas RI constituem, na sua essência, interações discursivas entre povos, ou seja, textos que simultaneamente refletem e produzem um determinado contexto, tendo a escola crítica sido pioneira nesta abordagem, baseando-se sobretudo no estudo dos atores e nos efeitos que o discurso destes provoca nos contextos internacionais (ver imagem 1).

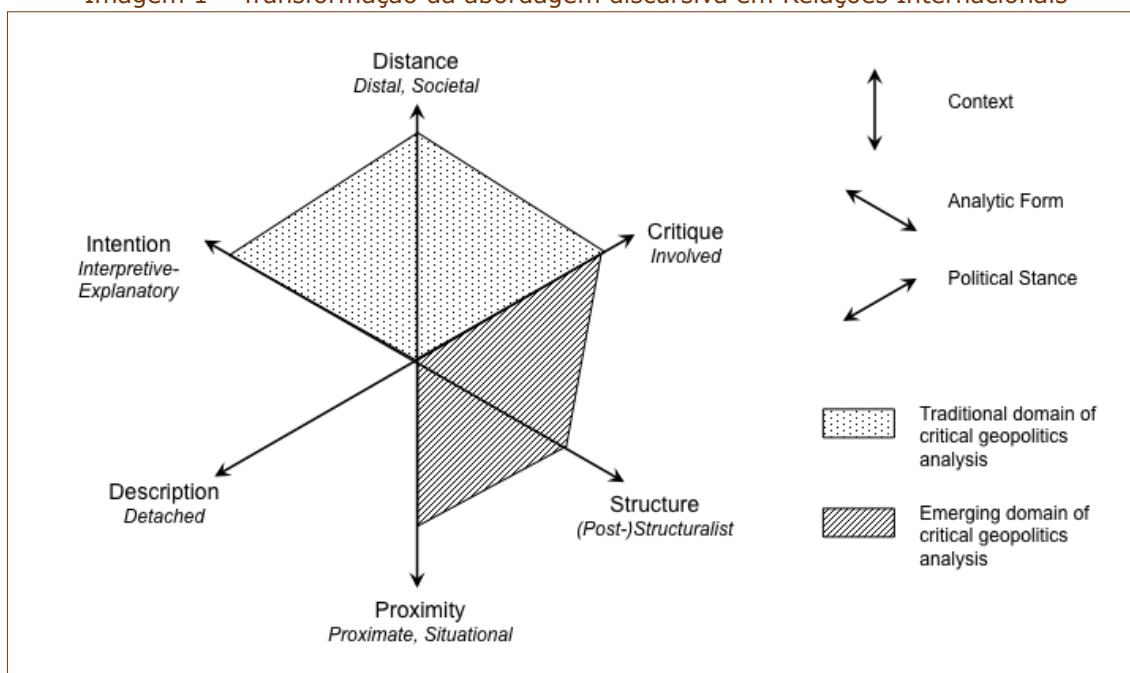
A análise crítica do discurso parte de dois pressupostos fundamentais: em primeiro lugar, implica a assunção de um determinado posicionamento por parte do investigador, que abandona o distanciamento das abordagens clássicas, passando a assumir um conjunto de premissas ideológicas na forma como estuda a realidade. Em segundo lugar, identifica uma estreita relação entre a estrutura social e a linguística, tendendo a analisar os sistemas políticos como sistemas linguísticos e as ideologias como textos que visam criar uma vontade política coletiva.

Nos últimos anos, contudo, a abordagem tradicional passou a ser complementada por análises situacionais e de proximidade, interessadas em compreender «os micro contextos e as práticas quotidianas como focos de construção discursiva das identidades» (Müller, 2010: 8). Paralelamente a esta expansão do objeto, verificou-se também uma «reconcetualização do discurso e das identidades» (Müller, 2010: 8) internacionais, seguindo uma perspetiva pós-estruturalista, passando estas a ser entendidas como resultado de um complexo processo de construção discursiva e não como um atributo natural, visão até aí predominante nas abordagens interpretativas e explicativas. Trata-se, portanto, de uma viragem profunda no objeto de análise em RI. Os *atores*



internacionais deixam de ser a unidade central de análise, o interesse deslocando-se agora para a *identidade* desses mesmos atores e os processos discursivos que permitiram a sua construção.

Imagem 1 – Transformação da abordagem discursiva em Relações Internacionais



Fonte: Müller, 2010.

A chamada viragem discursiva permitiu o aparecimento de uma grande variedade de temas e abordagens metodológicas em RI (Müller, 2010). Wodak (Wodak, 1999) tem-se concentrado na construção da identidade nacional, estudando em particular o caso da União Europeia; Nonhoff (Nonhoff, 2006) investigou de que forma o projeto de uma economia social de mercado na Alemanha do pós-guerra ganhou um tão amplo apoio social, tendo demonstrado a existência de uma estratégia hegemónica centrada no texto e nas condições particulares em que este foi produzido. Glasze (Glasze, 2007), por seu lado, estudou o processo de construção da chamada *francofonia* como espaço geocultural, com base em métodos provenientes da linguística, como a lexicometria e a análise narrativa. Um conjunto de autores, entre os quais Shapiro (Shapiro, 1992), debruçou-se ainda sobre os processos de articulação e contestação do sentido na formação das identidades, tendo concluído que estes processos estão intimamente dependentes dos contextos em que ocorrem. Neste sentido, as identidades nacionais consistem em discursos em constante formação e reformulação, em diálogo permanente com as condições de cada momento histórico.

Não obstante a primazia da escola crítica no reconhecimento do contributo da análise do discurso para o domínio das Relações Internacionais, o construtivismo seguir-se-lhe-ia, apostado, mais do que em reivindicar a importância do sentido dos atos internacionais para a compreensão da relação entre povos, em demonstrar que os atos internacionais constituem em si mesmos práticas discursivas socialmente construídas, ou seja, que «os objetos de conhecimento não são independentes da interpretação nem da linguagem»



(Adler, 2002: 95). Daqui se compreende que os construtivistas tenham incorporado áreas como as da linguagem, da comunicação e do discurso no debate teórico em RI, demonstrando, tal como nota Anna Holzscheiter que os factos internacionais «não são naturais, mas antes resultado» de um processo de construção social (Holzscheiter, 2013: 4).

O volume e a diversidade de estudos seguindo a abordagem discursivo-construtivista em RI permitem já a identificação de diferentes linhas de investigação, segundo distintos critérios: o da crença na possibilidade de objetivação dos fatos internacionais, seguindo a proposta de Wendt e Kratochwil; o da dimensão da perspectiva de análise e o da identidade do poder, seguindo as propostas de Anna Holzscheiter.

A proposta de Wendt e Kratochwil divide os estudos de tipo discursivo-construtivista em duas categorias: a do chamado *thin constructivism* e a do *thick constructivism*, a primeira crente na possibilidade de existência objetiva dos fatos internacionais, independente da existência de um sujeito que os concetualiza, a segunda assente numa conceção discursiva e linguística dos próprios atos internacionais, cuja existência resultaria em exclusivo da própria intersubjetividade.

Imagem 2 - A abordagem discursivo-construtivista em Relações Internacionais

| Critérios de abordagem | Possibilidade de objetivação dos fatos internacionais | <i>Thin constructivism</i> |
|--------------------------------|---|-----------------------------|
| | | <i>Thick constructivism</i> |
| | Dimensão da perspectiva de análise | Macro-estrutural |
| | | Micro-interacional |
| | Identidade do poder do discurso | Poder inter-subjetivo |
| | | Poder deliberativo |
| Tipo de abordagem metodológica | Descritiva | Gramática |
| | | Estilística |
| | | Cognitiva |
| | | Não-verbal |
| | | Argumentação |
| | Funcionalista | Texto em contexto |
| | Abordagens autónomas | Hermenêutica |
| | | Análise ideológica |
| | | Análise de conteúdo |
| | | Análise experimental |

Fonte: elaboração própria.

A segunda tipologia, de Anna Holzscheiter, organiza os estudos discursivo-construtivistas segundo a dimensão da perspectiva de análise adotada: os estudos macro-estruturais, que concebem o discurso como a estrutura linguística que determina a relação entre atores internacionais, e os estudos micro-interacionais, abordagens pragmáticas centradas nos processos comunicativos em tempo-real, em que os agentes constroem, renegoceiam e transformam ativa e inter-subjetivamente interpretações partilhadas da realidade» (Holzscheiter, 2013: 6).



A terceira tipologia, identificada por esta mesma autora, atenta à relação entre poder e discurso, binómio cuja paternidade moderna cabe a Michel Foucault e Jürgen Habermas e que ainda hoje permanece como referência entre os cientistas sociais interessados em compreender o papel da linguagem no processo de construção social. Cada um destes autores, no entanto, encontra-se na base das duas grandes linhas de abordagem que podem ser identificadas nos estudos construtivistas em RI: uma primeira que, seguindo o legado de Foucault, entende os atos internacionais como ações discursivas construídas inter-subjetivamente e impossível de serem objetivadas, ficando os atores reféns da sua própria subjetividade; uma segunda, na herança de Habermas, crente na possibilidade de uma emancipação deliberativa dos atores, emancipação garantida pelo debate público racional. Os estudos de inspiração foucaultiana, pessimistas, centram-se no discurso como forma de poder estrutural e totalitária; os de inspiração habermasiana, idealistas, abordam o discurso como poder de libertação dos atores internacionais.

3. Tipos de análise discursiva em Relações Internacionais

Do ponto de vista metodológico, a análise do discurso em RI tem ao seu dispor um conjunto de abordagens comum ao que se apresenta às outras ciências sociais e da linguagem. Em bom rigor, por constituir um recente campo de análise, a área do discurso não dispõe ainda de um corpo teórico específico e sólido, antes socorrendo-se de técnicas e conceitos provenientes da linguística, da semântica, da psicologia, da sociologia e de qualquer outra disciplina que lhe pareça útil à compreensão da linguagem em sociedade. É justamente nesta interdisciplinaridade que reside a sua riqueza analítica.

As abordagens discursivas hoje disponíveis no estudo das Relações Internacionais constituem já um número e uma variedade consideráveis, dividindo-se em três grandes grupos: as abordagens descritivas, as abordagens funcionalistas e um conjunto de outras abordagens autónomas que não possuem relação direta entre si embora forneçam importantes contributos para o estudo do discurso.

As análises de tipo descritivo consistem num conjunto de perspetivas de interpretação alicerçadas na linguística, abordagem cuja pertinência advém do fato de o discurso ser, antes de mais, uma forma de linguagem. Neste grupo enquadram-se a abordagem gramática, preocupada em entender a formação das palavras e das frases e que se subdivide na gramática «estrutural, generativa e funcional» e em subdisciplinas como a «fonologia, a morfologia e a sintaxe» (Van Dijk, 1985:2); a abordagem estilística, tradicionalmente remetida para a poética, a sociolinguística e a etnografia, auxilia agora a análise do discurso dando indicações sobre a «adequação de determinado discurso a uma certa situação social» (Van Dijk, 1985:2); a abordagem cognitiva entende o discurso como resultado da interação social e, nesse sentido, o investigador deve ter em conta as condições em que esta interação ocorre, nomeadamente a dimensão psicológica de ambos os interlocutores; o estudo da atividade não-verbal que acompanha a produção do discurso, como sejam a «entoação, a gestualidade, a expressão facial ou a posição corporal» (Van Dijk, 1985:3) e que determina em boa parte a sua interpretação; análise da estrutura narrativa em presença; a análise da argumentação desenvolvida entre ambos os interlocutores, nomeadamente dos *movimentos argumentativos estratégicos* (Van Eemeren, 1999) que estes realizam.

Enquanto as abordagens de tipo descritivo se centram no texto, quase ignorando a dimensão semântica que está para lá da palavra, já a abordagem funcionalista incide na

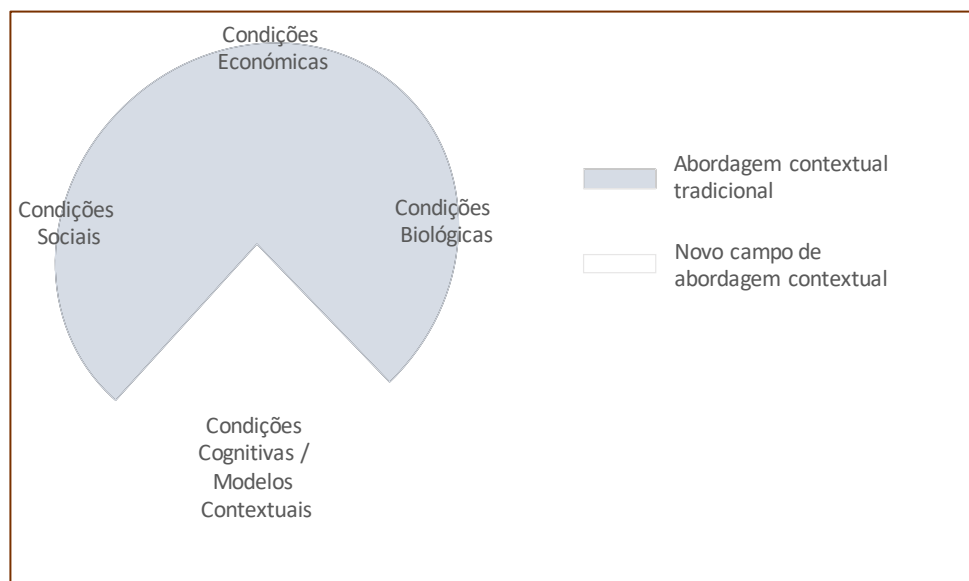


relação que existe entre o texto e seu contexto, propondo, na opinião de Van Dijk, uma mais «completa caracterização do discurso» (Van Dijk, 1985:5).

A relação entre texto e contexto constitui o pilar central da análise do discurso, que motivou, de resto, uma prolífica produção académica nos últimos anos. O estudo do contexto, em particular, mereceu a atenção de um grande número de investigadores, interessados em aprofundar a definição do conceito bem como em desenvolver teorias capazes de relacioná-lo com a dimensão linguística do discurso.

A conceção tradicional de *contexto* em análise do discurso consistia em considerar este conceito uma variável social objetiva, tal como o género, a etnia ou a classe social. Segundo esta conceção, todo o discurso é determinado pelo conjunto das condições sociais, económicas e biológicas dos interlocutores e foi nesta ótica que trabalharam disciplinas como a antropologia, a sociologia e a psicologia, a primeira no âmbito da etnografia da fala, a segunda focada principalmente na análise da conversação e a terceira através da psicologia discursiva, uma área da psicologia social (Van Dijk, 2008: 6-7) (ver imagem 3).

Imagem 3 – Transformação da abordagem contextual no estudo do discurso em RI



Fonte: elaboração própria.

Recentemente, contudo, uma nova perspetiva surgiu a partir do trabalho de Teun Van Dijk (Van Disk, 2008) (ver imagem 3). Alicerçado naquilo a que o autor chamou a *teoria cognitiva do contexto*, esta abordagem constituiu a primeira tentativa multidisciplinar de pensar um tema tão central como este. Para o autor, não é a situação histórica ou social do sujeito que determina *per se* o discurso, mas antes a forma como este percebe a situação comunicativa em causa, o entendimento que faz de dimensões como a posição relativa dos interlocutores, os motivos e os fins da comunicação, a negociação linguística em presença.

Neste processo cognitivo intervêm de forma determinante as chamadas *construções mentais subjetivas*, que compõem verdadeiros *modelos contextuais* e que são



responsáveis pela forma como cada um dos participantes entende a situação comunicativa e adapta a sua produção da linguagem ao ambiente situacional que se lhe apresenta. Este processo de adaptação, por sua vez, consiste em selecionar e utilizar os recursos linguísticos que cada um tem ao seu dispor no decorrer do diálogo e em empregá-los no momento por cada um considerado como mais oportuno. Neste sentido, os *modelos contextuais* constituem o elo fundamental que une discurso, situação comunicativa e sociedade.

Paralelamente às abordagens descritivas e funcionalistas, existem finalmente várias outras abordagens autónomas mas de inegável valor para o estudo do discurso (Imagem 2), como sejam a hermenêutica, preocupada com a dimensão subjetiva da interpretação; a análise ideológica, de raiz marxista, que vê no discurso um indicador dos conflitos sociais; a análise de conteúdo, voltada para uma abordagem eminentemente quantitativa do texto e utilizada sobretudo no estudo de corpus muito vastos; e a chamada análise experimental, muito utilizada em psicologia, focada na dimensão processual do discurso, interessando-se por aspetos como os processos de ativação do discurso, a medida dos tempos de reação e de interpretação ou as redes de transição.

Não obstante a diversidade das perspetivas de análise que revisitámos nos parágrafos precedentes, existe alguma comunhão entre elas e que foi bem sumariada por Van Dijk: «Em primeiro lugar, elas demonstram um interesse pelo conteúdo explícito (e por vezes implícito ou ausente) do discurso» (Van Dijk, 1985: 12-13). Em segundo lugar, estas perspetivas de análise desde sempre possuíram um carácter instrumental para as ciências sociais, permitindo o acesso ao sentido e a realização de inferências sociológicas. Contrariamente à semântica e à linguística, cujo objetivo último é captar o sentido do texto, às ciências sociais o sentido interessa na medida em que permite a compreensão dos fenómenos sociais em estudo.

Nesta linha, o interesse das RI pelo discurso residiria no carácter reflexivo deste último, entendido como amostra do tecido social que permite compreender a realidade internacional. Nos últimos anos, contudo, esta perspetiva instrumental do discurso tem vindo a ser abandonada em prol de um entendimento autónomo, entendimento que rejeita o estudo da palavra como expressão de outra coisa, preferindo encará-la como uma forma autónoma de ação e interação entre povos.

4. Conclusão

A abordagem discursiva dos fenómenos internacionais conheceu nos últimos anos uma transformação assinalável, transformação esta que traduziu significativos ampliação e aprofundamento científicos.

Tradicionalmente, a análise do discurso alicerçava-se numa conceção descritiva do papel da palavra na vida em sociedade mas, desde a abordagem pragmática de Austin, o texto passou a ser entendido como produtor de realidade, o que permitiu uma mudança substancial do entendimento das RI. Esta profunda transformação epistemológica permitiu o desenvolvimento de uma nova perspetiva discursiva dos fenómenos internacionais, embora recorrentes apelos na literatura científica denunciem a necessidade de maior clarificação metodológica nos estudos realizados.

O presente artigo pretendeu dar um contributo para o preenchimento desta lacuna. Aqui se reconstituiu a herança intelectual do estudo do discurso, se elencaram as três linhas



de investigação passíveis de serem identificadas nos estudos discursivo-construtivistas em RI e se apresentaram as principais abordagens metodológicas seguidas.

Em distintas perspetivas, todas estas abordagens reconhecem a importância do binómio texto-contexto para a compreensão dos fenómenos internacionais, podendo este último, tal como vimos, ser entendido distintamente consoante os interesses de pesquisa e tendo recentemente conhecido uma ampliação do seu campo.

Deste artigo, três passos surgem como fundamentais na busca de uma maior clarificação metodológica nos estudos discursivo-construtivistas em RI. Em primeiro lugar, a explicitação do critério de análise selecionado – quanto à objetivação dos fatos internacionais, à dimensão da perspetiva de análise e à identidade do poder discursivo; em segundo lugar, a identificação do tipo de abordagem escolhido – descritiva, funcionalista ou autónoma; em terceiro e último lugar, o posicionamento face ao que se entende por contexto, identificando claramente a conceção seguida – económica, biológica, social e/ou cognitiva.

A adoção desta tríade metodológica na investigação discursiva em RI constitui um importantíssimo fator de clarificação que não apenas conferirá maior rigor e transparência aos estudos realizados como facilitará o exercício de replicação, condição determinante daquilo a que se designa cientificidade.

Referências bibliográficas

- Abdelal, R., Herrera Y., Johnston A. & McDermott R. (2006). «Identity as a Variable», *Perspectives on Politics* 4(4), pp. 695-711.
- Agar, M. (2005). «Local Discourse and Global Research: The Role of Local Knowledge», *Language in Society*, 34, pp. 1-22.
- Alvesson, M. & Kärreman, D. (2000). «Varieties of Discourse: On the Study of Organizations through Discourse Analysis», *Human Relations*, 53 (9), pp. 1125-1149.
- Angermüller, J. (2001). «Diskursanalyse: Strömungen, Tendenzen, Perspektiven. Eine Einführung. [Discourse Analysis: Strands, Tendencies, Perspectives. An Introduction]». In Angermüller, J., Bunzmann, K. and Nonhoff, M. (eds.) *Diskursanalyse: Theorien, Methoden, Anwendungen*, Hamburg, Argument.
- Bardin, L., (1977). *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- Campbell, D. (1998). *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Checkel, J. (2004). «Social Constructivism in Global and European Politics: A Review Essay», *Review of International Studies*, 30, pp. 229-244.
- Chouliaraki, L. & Fairclough, N. (1999). *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*, Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Dahlman, C. T. & Brunn, S. D. (2003). «Reading Geopolitics Beyond the State: Organisational Discourse in Response to 11 September», *Geopolitics*, 8 (3), pp. 253-280.
- De Saussure, F. (1974). *Course in General Linguistics*, London: Fontana.
- Foucault, M. (1972) [1969]. *The Archaeology of Knowledge*, London: Tavistock.



- Fairclough, N. (1995). *Critical Discourse Analysis*, London: Longman.
- Fairclough, N. & Wodak, R. (1997). «Critical Discourse Analysis». In Van Dijk, T. A. (ed.) *Discourse as Social Interaction*, London: Sage, pp. 258-284.
- Glasze, G. (2007b). «The Discursive Constitution of a World-Spanning Region and the Role of Empty Signifiers: The Case of Francophonía», *Geopolitics*, 12 (4), pp. 656-679.7-22.
- Guzzini, S. (2000). «A Reconstruction of Constructivism in International Relations». *European Journal of International Relations* 6(2), pp. 147-182.
- Häkli, J. (1998). «Discourse in the Production of Political Space: Decolonizing the Symbolism of Provinces in Finland», *Political Geography*, 17 (3), pp. 331-363.
- Hansen, A. D. & Sørensen, E. (2004). «Polity as Politics: Studying the Shaping and Effects of Discursive Polities». In Howarth, D. and Torfing, J. (eds.) *Discourse Theory in European Politics: Identity, Policy and Governance*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, pp. 93-116.
- Holzcheiter, A. (2014). «Between Communicative Interaction and Structures of Signification: Discourse Theory and Analysis in International Relations». *International Studies Perspectives*, doi: [10.1111/insp.12005](https://doi.org/10.1111/insp.12005)
- Jørgensen, M. W. & Phillips, L. (2002). *Discourse Analysis as Theory and Method*, London: Sage.
- Keeley, J. (1990). «Towards a Foucauldian Analysis of International Regimes», *International Organization* 44(1), pp. 83-105.
- Kratochwil, F. (1989). *Rules. Norms and Decisions. On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Kratochwil, F. (2001). *Constructivism and the Practices of (International) Politics: The Case for an Interdisciplinary Approach*, Mimeo.
- Kendall, G. & Wickham, G. (1999), *Using Foucault's Methods*, London: Sage.
- Klotz, A. & Lynch, C. (2007). *Strategies for Research in Constructivist International Relations*, New York: M.E. Sharpe.
- Milliken, J. (1999). «The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research and Methods», *European Journal of International Relations*, 5 (2), pp. 225-254.
- Müller, M. (2008). «Reconsidering the Concept of Discourse in the Field of Critical Geopolitics: Towards Discourse as Language and Practice», *Political Geography*, 27 (3), pp. 322-338.
- Müller, M. (2010). «Doing discourse analysis in critical geopolitics». *L'Espace Politique*, 12(3), pp. 1-18.
- Neumann, I. B. (2002). «Returning Practice to the Linguistic Turn: The Case of Diplomacy», *Millennium: Journal of International Studies*, 31 (3), pp. 627-651.
- Neumann, I. (2008). «Discourse Analysis». In Audie Klotz and Deera Prakesh *Qualitative Methods in International Relations: A Pluralist Guide*, New York: Palgrave Macmillan, pp. 61-77.



- Newman, D. (2000). «Citizenship, Identity and Location: The Changing Discourse of Israeli Geopolitics». In Dodds, K. and Atkinson, D. (eds.) *Geopolitical Traditions: A Century of Geopolitical Thought*, London: Routledge, pp. 302-331.
- Ó Tuathail, G. & Agnew, J. (1992). «Geopolitics and Discourse: Practical Geopolitical Reasoning in American Foreign Policy», *Political Geography*, 11 (2), pp. 190-204.
- Phillips, N. & Hardy, C. (2002). *Discourse Analysis: Investigating Processes of Social Construction*, London: Sage.
- Pouliot, V. (2007). «'Subjectivism': Toward a Constructivist Methodology», *International Studies Quarterly*, 51 (2), pp. 350-384.
- Schegloff, E. A. (1992). «In Another Context», in Duranti, A. and Goodwin, C. (eds.) *Rethinking Context: Language as an Interactive Phenomenon*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 191-228.
- Schegloff, E. A. (1997). «Whose Text? Whose Context?», *Discourse and Society*, 8, pp. 165-187.
- Shapiro, M. (1989). «Textualizing Global Politics». In James Der Derian and Michael Shapiro (eds.) *International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics*, Lexington: Lexington Books.
- Steen, G. (2004). «Perspectives on Discourse: The State of the Art». *Language and Literature*, 13, pp. 161.
- Sundberg, J. (2008). «'Trash-Talk' and the Production of Geopolitical Boundaries in the USA-Mexico Borderlands», *Social & Cultural Geography*, 9 (8), pp. 871-890.
- Titscher, S., Meyer, M., Wodak, R. & Vetter, E. (2000). *Methods of Text and Discourse Analysis: In Search of Meaning*, London: Sage.
- Van Dijk, T. A. (ed) (1985). *Handbook of Discourse Analysis. Vol. 1-4*.
- Van Dijk, T. A. (2001). «Critical Discourse Analysis». In Schiffrin, D., Tannen, D. and Hamilton, H. E. (eds.) *The Handbook of Discourse Analysis*, Oxford, Blackwell, pp. 352-371.
- Van Dijk, T. A. (2006). «Discourse and Manipulation», *Discourse & Society*, 17 (3), pp. 359-383.
- Van Dijk, T. A. (2008). *What Do We Mean By 'Discourse Analysis'? 1990* [cited 18 August 2008]. Consultado em Linha, disponível em: www.discourses.org/whatisda.htm.
- Van Eemeren F., Houtlosser P. (1999). «Strategic manoeuvring in argumentative discourse», *Discourse Studies* 1(4), pp. 479-497.
- Wendt, A. (1999). *Social Theory of International Politics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Wetherell, M. (2001). «Debates in Discourse Research». In Wetherell, M., Taylor, S. and Yates, S. (eds.) *Discourse Theory and Practice: A Reader*, London: Sage, pp. 380-399.
- Wodak, R., de Cillia, R., Reisigl, M. & Liebhart, K. (ed) (1999). *The Discursive Construction of National Identity*, Edinburgh, EUP.
- Wood, L. A. & Kroger, R. O. (2000). *Doing Discourse Analysis: Methods for Studying Action in Talk and Text*, London: Sage.